

Foucault e a educação anarquista¹

Gustavo Castanheira Borges de Oliveira²

Resumo

O presente trabalho tem como principal discussão a questão da autonomia na educação anarquista, buscando relações com o pensamento foucaultiano. Através da leitura de escritores anarquistas clássicos como Proudhon, Bakunin, Reclus e Kropotkin, procuramos apreender os sentidos que a ideia de autonomia apresenta nesses teóricos, relacionando-os com as ideias de liberdade, negação do autoritarismo e preservação da individualidade. Do pensamento de Foucault destacamos elementos que podem ser relacionados com as ideias anarquistas, especialmente: a estética da existência e o cuidado de si, e a subjetivação não mediada por aparatos disciplinadores. Dessa maneira, trabalhamos com aspectos da dimensão ética da teoria foucaultiana, aquela trabalhada por ele na fase final de sua vida. Por fim, trabalhamos comparativamente os conceitos autonomia e cuidado de si, liberdade e subjetivação, buscando pontos de dissonância e confluência.

Palavras-chave: Educação anarquista; Anarquismo; Foucault; Cuidado de si; Subjetividade.

Foucault and anarchist education Foucault y la educación anarquista

Abstract

This work has as main discussion the issue of autonomy in anarchist education, seeking relationships with Foucault's thinking. By reading classical anarchist writers such as Proudhon, Bakunin, Reclus and Kropotkin, we attempt to analyze the meanings that the idea of autonomy presents these theoretical, relating them to the ideas of freedom, denial of authoritarianism and preservation of individuality. On Foucault we detach elements that may be related to anarchist ideas, especially: the aesthetics of existence and self care; subjectivity and not mediated by disciplinary apparatuses. Thus, we work with aspects of the ethical dimension of Foucault's theory, which worked for him in the final phase of his life. Finally, we compared the concepts autonomy and self care, freedom and subjectivity, seeking points of dissonance and confluence.

Keywords: Anarchist education; Anarchism; Foucault; Self care; Subjectivity.

Resumen

Este trabajo tiene como principal debate el tema de la autonomía en la educación anarquista, buscando relaciones con el pensamiento de Foucault. Mediante la lectura de escritores anarquistas clásicos como Proudhon, Bakunin, Reclus, Kropotkin, tratamos de analizar los

¹ Pesquisa realizada com apoio da FAPEMIG

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail:gustavocbo@gmail.com.

significados que a ideia de la autonomía presenta estos teóricos, relacionándolos con las ideas de la libertad, la negación del autoritarismo y la preservación de la individualidad. Do pensamento de Foucault destacamos elementos que pueden estar relacionados con las ideas anarquistas, en especial: la estética de la existencia y el cuidado de sí mismo; y la subjetividad no mediada por aparatos disciplinarios. Por último, se compararon los conceptos autonomía y cuidado de sí mismo, la libertad y la subjetividad, buscando puntos de disonancia y confluencia.

Palabras clave: Educación anarquista; Anarquismo; Foucault; Cuidado de sí mismo; Subjetividad.

Introdução

Michel Foucault é um dos pensadores mais estudados na atualidade. Desde o início de sua produção intelectual, na década de 1950, até os dias atuais já se passou mais de meio século. Vivemos em um contexto diferente do que ele viveu, e ainda assim suas contribuições são de grande valor e seu pensamento é debatido por pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

A educação escolar não foi uma questão tratada por Foucault de maneira específica e profunda, não constituindo de modo algum um tema recorrente no seu trabalho, mas sua obra possui um caráter abrangente: loucura, sexualidade, epistemologia das ciências humanas, constituição da subjetividade e do sujeito moderno. Todos esses e outros mais são pontos presentes no pensamento de Foucault. O que faremos aqui é justamente pensar a educação a partir de elementos que constam na obra foucaultiana que não necessariamente se originam no campo das discussões sobre educação escolar.

Outro elemento vem se somar à teoria foucaultiana na nossa discussão, a educação anarquista. A partir do século XIX, o movimento anarquista se intensificou na Europa, produzindo experiências baseadas no princípio da autonomia e da autogestão. A educação foi um campo onde os anarquistas produziram teoria e práticas, e percebemos aí um mundo de possibilidades para se pensar a educação, inclusive a que temos hoje.

Sendo assim, o presente texto tem como objetivo principal abordar a questão da autonomia no pensamento e nas práticas anarquistas, especificamente nos temas referentes à educação, e fazer uma aproximação das concepções libertárias com o pensamento foucaultiano. Para isso, temos três principais pontos a tratar no trabalho: primeiramente, perceber a ideia de autonomia em alguns autores anarquistas e libertários; logo em seguida, destacar do pensamento de Foucault aspectos que possam ser colocados em relação com as ideias anárquicas, em especial a estética da existência e o cuidado de si, a subjetivação não mediada

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 54-76, jul./dez. 2015.

por aparatos disciplinadores; e por fim, trabalhar comparativamente os conceitos de autonomia e cuidado de si, liberdade e subjetivação.

Autonomia para os anarquistas

O anarquismo, enquanto movimento de massas, teve seu auge no século XIX e início do século XX. Muitas escolas construídas por anarquistas funcionaram durante esse período, assim como textos clássicos foram escritos nessa época, o que nos levou a fazer o seguinte recorte para análise: a partir de Proudhon, por volta de 1850, até a década de 1910, quando se deu a criação e também o fechamento da Escola Moderna na Espanha. Dessa maneira, trabalhamos com os seguintes autores: Proudhon, Reclus, Bakunin, Kropotkin e Ferrer. É claro que o movimento anarquista não se encontra sepultado hoje em dia, mas não possui o fôlego dos séculos passados, sendo que os textos clássicos remontam ao período aqui mencionado.

Autonomia em Proudhon e Bakunin

Os teóricos Proudhon e Bakunin escrevem no mesmo período e possuem ideias bem similares. Por estarem vivenciando uma época de desenvolvimento da indústria e da classe operária, suas visões de autonomia se maturam em tal contexto.

Proudhon desenvolveu suas ideias sobre a educação de forma relacionada ao mundo do trabalho. Dois conceitos são importantes em Proudhon: “educação politécnica” e “oficina-escola”. Para ele, a educação deveria ser teórica e prática, voltada para a indústria, para o mundo do trabalho, sendo também politécnica, ou seja, desenvolveria nos alunos a capacidade de executar variados trabalhos manuais, permitindo que os mesmos conhecessem diversos ramos da produção industrial. Sendo assim, as escolas deveriam ser espécies de oficinas onde os indivíduos aprenderiam os conceitos teóricos e os colocariam em prática, daí o nome “oficina-escola”. Sobre a educação proudhoniana, Gallo faz a seguinte análise:

Na pedagogia revolucionária de Proudhon podemos distinguir dois temas centrais: a democracia e o trabalho. A democracia exprimi-se em dois âmbitos: é necessária uma democratização do ensino, através da justiça na igualdade de oportunidade, para que a educação abranja toda a sociedade, e não apenas os segmentos dominantes; e a democracia deve estar presente também na direção da educação, através da autogestão. O trabalho também se desloca em dois focos fundamentais: primeiro ele deve ser o principal instrumento de aprendizagem; e, por outro lado, aparece na proposta de uma educação politécnica, onde a generalidade deve preceder a especialização (GALLO, 1993, p. 36).

A democracia expressa o princípio da autonomia na medida em que a autogestão é colocada como elemento essencial da vida escolar, já o trabalho aparece como sendo o eixo norteador da aprendizagem. Essa seria a educação politécnica, praticada na oficina-escola. Vejamos agora o que Bakunin tem a contribuir.

Há quatro artigos escritos para o jornal *L' egalite* onde Bakunin discorre mais especificamente sobre educação e desenvolve sua ideia de “instrução integral”. Essa instrução integral segue a mesma lógica proudhoniana de uma educação teórica e prática, que visava, assim, acabar com o sistema de classes na sociedade, visto que a separação entre intelectuais, que só pensam, e proletários, que só trabalham manualmente, seria dissolvida.

Bakunin (2015) divide o ensino em dois: científico ou teórico e industrial ou prático. O primeiro subdividi-se em dois: geral e especial. A primeira categoria seria obrigatória para todas as crianças, sendo responsável por fornecer os princípios básicos do conhecimento humano, substituindo a metafísica e a teologia pela explicação racional, científica. A segunda possui um cunho de especialidade, sendo que os estudantes escolheriam os ramos do conhecimento que os atrairiam mais, e assim seriam encaminhados para suas profissões. O ensino industrial se divide também em dois: o ensino geral, que daria aos estudantes a ideia geral e o conhecimento prático de todas as indústrias; e o específico, dividido em grupos de indústrias com afinidades entre si. Paralelamente ao ensino teórico e prático deve ocorrer a formação moral do indivíduo através de uma série de experiências ocorridas no ambiente educacional pautadas nos princípios da autogestão, da autonomia e da solidariedade.

Dessa maneira, fica evidente o porquê desse ensino ser chamado de instrução integral, pois visa atingir a dimensão teórica, baseada na racionalidade, a prática, através da instrução industrial, e a moral, desenvolvida a partir da vivência em sociedade.

Nesses dois autores foi possível constatar que a palavra “autonomia” não é um termo muito recorrente, ao menos nos escritos aqui analisados - nos quatro artigos publicados no *L' egalite* por Bakunin, e trechos de Proudhon em outros autores - sendo que o termo liberdade se confunde com autonomia na maioria das vezes. Em Bakunin, a liberdade é representada também pela ideia de o indivíduo poder escolher a sua profissão, o seu trabalho, por conta própria e segundo suas afinidades, bem como optar pelo que estudar. Ao discutir a ideia de instrução integral, Bakunin coloca a seguinte questão: “e se os jovens se arrependerem da profissão escolhida?” Em seguida vem a resposta:

Se elas equivocam-se, o próprio erro que elas tiverem cometido, servir-lhes-á de ensinamento eficaz para o futuro, e, a instrução geral que eles tiverem

recebido, servindo de luz, elas poderão facilmente tornar a via que lhes é indicada por sua própria natureza (BAKUNIN, 2015, p. 278).

A autonomia se reveste de liberdade de escolha do seu próprio futuro, além de ser elemento indispensável para que o sujeito se dedique através da sua própria experiência, e não por imposição externa.

O sentido que o termo possui nesses dois pensadores, que é bastante parecido, é, portanto, o sentido de liberdade, ou seja, o indivíduo tem total liberdade para pensar e fazer aquilo que julgar melhor, desde que não prejudique outrem.

Autonomia em Reclus e Kropotkin

Reclus e Kropotkin apresentam uma diferença em relação à Proudhon e Bakunin: o trabalho na obra daqueles teóricos não é um tema que aparece tão marcadamente relacionado à educação. As similaridades entre Reclus e Kropotkin talvez se devam ao fato de ambos terem sido geógrafos e cientistas, terem tecido críticas a elementos específicos da educação escolar, como por exemplo, o conteúdo das disciplinas, bem como terem vivido na mesma época. O primeiro viveu entre 1830 e 1905, o segundo nasceu em 1842 e morreu em 1921. Diferentemente de Proudhon e Bakunin, que morreram respectivamente em 1865 e 1876, Reclus e Kropotkin viveram no início do século XX e acompanharam o desenvolvimento da Revolução Industrial ao longo de todo o século XIX.

Kropotkin não desenvolveu muitas pesquisas especificamente sobre educação, mas há um ponto marcante em sua obra, e também na de Reclus, que a distingue das de Proudhon e Bakunin: a crítica às aulas, aos métodos e aos conteúdos escolares. Kropotkin faz ferrenha crítica ao Estado e nos diz como o mesmo controla a educação.

Para avaliar os vossos cuidados, [nós, o Estado] proibir-vos-emos até mesmo de ocupar-vos vós próprios da educação. Redigiremos os programas que não admitem críticas, sem dúvida! Em primeiro lugar, habituaremos nossas crianças aos estudos das línguas mortas e das virtudes das leis romanas. Isso as tornará dóceis e submissas. Em seguida, para excluir delas toda a veleidade de revolta, ensinar-lhes-emos as virtudes do Estado e do governo, e o desprezo dos governantes [...]. Toda educação terá como objetivo fazer desenvolver em nossos jovens a ideia de que fora do Estado Providencia não há salvação (KROPOTKIN, 1913, p. 154 apud CODELLO, 2007, p.148).

Kropotkin denuncia a intenção do Estado ao acampar a instrução das massas e se

colocar na posição de provedor da educação pública. O referido autor menciona que o Estado submete as crianças desde cedo, os acostumando com a ideia de um Estado necessário, para que se tornem adultos sem vontade revolucionária e trabalhadores dóceis. Os programas redigidos pelo Estado são alvos de crítica mais de uma vez. Assim:

Não percebeis que com vossos métodos de ensino, elaborados por um ministro para oito milhões de capacidades diferentes, vós não fazeis nada além de impor um sistema bom para a mediocridade, imaginado por uma média de mediocridade? (KROPOTKIN apud CODELLO, 200, p.149).

Fica aparente a preocupação com a especificidade de cada indivíduo no processo de educação, não levada em conta pelo Estado, que cria métodos de ensino para “oito milhões de capacidades diferentes”. Para Francesco Codello (2007, p. 138), a ideia de instrução integral se torna em Kropotkin uma oportunidade para exaltar “a diversidade natural, transformando-a de elemento da fundação da desigualdade em riqueza e pluralidade”. Assim, Kropotkin transcende o conceito proudhoniano, muito ligado à formação profissional, ao conceber a educação de forma ampla, preocupando-se com a arte, o tempo livre, a pesquisa científica e o lazer.

A crítica aos métodos de ensino possui espaço também na obra de Reclus. Nas palavras do autor:

Entende porque odeio os livros escolares. Não há nada de mais funesto para a sociedade intelectual e moral dos alunos. Eles apresentam a ciência como algo feito, terminado, assinado, aprovado, tornado quase religião, a ponto de transformar-se em superstição. É um alimento morto e que mata (RECLUS, 1881, p. 282 apud CODELLO, 2007, p. 197). [...] A escola verdadeiramente liberta da antiga servidão não pode ter mais que um desenvolvimento espontâneo da natureza. Isso que em nosso tempo é considerado nas escolas como fato excepcional – passeios, corridas nos campos, as charnecas e as florestas, sobre as margens dos rios – devem ser a regra. Por que é somente ao ar livre que nos aproximamos da planta, do animal, do trabalhador, e aprendemos a observá-los, a ter uma ideia precisa e coerente do mundo exterior (RECLUS, 1881, p. 445-446 apud CODELLO, 2007, p. 222).

Bakunin fazia um apelo por uma educação racional, influenciada pela ciência, ao contrário da educação metafísica e teológica. Reclus, anos mais tarde, clama por uma ciência mais “científica” nas escolas, ou seja, por um ensino não dogmático. Anteriormente a religião e a metafísica eram ensinadas como dogmas, depois a ciência corria o risco de se transformar em superstição.

A experiência fora da sala de aula, o emprego daquilo que ficaria conhecido como “métodos ativos” – atividades de passeio, corridas, expedições, aulas fora das salas – são elementos que aparecem em Reclus, compondo a sua concepção de educação e de escola.

O termo autonomia não aparece explicitamente nos trechos dos escritos de Kropotkin e Reclus por nós analisados, mas se percebe que suas concepções se inscrevem na tradição anarquista. Quando criticam métodos de ensino homogêneos feitos pelo Estado para serem aplicados a uma diversidade muito grande de pessoas, e pregam uma educação mais ativa, voltada para atividades ao ar livre, demonstram que a autonomia na educação significa um desvencilhamento da centralização exercida pelo Estado, assim como liberdade, para que os envolvidos no processo educacional nas escolas criem suas próprias atividades.

Autonomia em Ferrer i Guardia

Dentre os pensadores até aqui citados, Ferrer i Guardia foi o único que nos proporcionou analisar a autonomia em uma prática educacional. O pensador espanhol idealizou o método racionalista, que consistia em uma educação livre dos dogmas religiosos e da interferência do Estado, baseada no ensino científico, racional, por isso, pedagogia racionalista.

A Escola Moderna foi criada em Barcelona nos primeiros anos da década de 1900 e teve curta duração. O contexto em que ela se desenvolveu já é diferente do vivido pelos pensadores acima. Aqui, o movimento anarquista já está muito mais desenvolvido. A educação anarquista saiu da teoria e teve algumas experiências práticas. As escolas geridas por sindicatos anarquistas e outras organizações libertárias foram surgindo após a década de 1880, quando a educação ganha espaço nos congressos internacionais dos trabalhadores. O termo “autonomia” aparece mais vezes em seus escritos do que nos dos teóricos citados, conservando o sentido de “liberdade”, e é possível ver algumas práticas na Escola Moderna que refletem essa ideia: o incentivo aos alunos para que escrevam cartas, boletins, circulares e se organizem em grêmios; a coeducação dos sexos, algo revolucionário pra época; uma maior independência dos alunos, dependendo menos dos professores.

A ideia de “autonomia” pode ser verificada também na forma como a escola era organizada e regida.

Admitida e praticada a coeducação de meninos e meninas e ricos e pobres, ou seja, partindo da igualdade e da solidariedade, não criaríamos uma desigualdade nova, e, portanto, na Escola Moderna não havia prêmios, nem castigos, nem provas em que houvessem alunos ensoberbecidos com a nota *dez*, medianias que se conformassem com a vulgaríssima nota de *aprovados*

nem infelizes que sofressem o opróbrio de se verem depreciados como incapazes (FERRER I GUARDIA, 2010, p.33).

Na Escola Moderna não havia prêmios, castigos físicos, nem provas como nas escolas tradicionais. Durante seu funcionamento a escola escrevia boletins destinados à comunidade escolar, dos quais temos dois que atestam o que dissemos: *Por que a Escola Moderna não realiza provas*, e *Chega de castigos*, que, respectivamente, dizem o seguinte:

As provas clássicas, aquelas a que estamos habituados a ver no fim do ano escolar e que nossos pais tinham em grande predicamento, não geram resultado algum, e se geram é no âmbito do mal (FERRER I GUARDIA, 2010, p.34). [...] Essas práticas irracionais e atávicas [o castigo] têm de desaparecer; a pedagogia moderna as rejeita em absoluto. [...] Acreditamos que este aviso bastará para banir tais práticas em seguida, impróprias de pessoas que devem ter como único ideal a formação de uma geração apta a estabelecer uma sociedade verdadeiramente fraternal, solidária e justa (FERRER I GUARDIA, 2010, p.37).

Em outro boletim, denominado *O ensino laico*, a Escola justifica sua opção:

O ensino racional e científico deve persuadir os futuros homens e mulheres de que não devem esperar nada de nenhum ser privilegiado (fictício ou real); e que podem esperar tudo o que for racional de si mesmos, e da solidariedade livremente organizada e aceita (FERRER I GUARDIA, 2010, p.41).

A Escola também era livre da interferência direta do Estado, visto que era uma escola organizada pelos professores em que se cobrava mensalidade e de ensino laico, livre das instituições religiosas (Ferrer i Guardia, 2010). A autonomia exercida na Escola Moderna é percebida através das práticas recorrentes na escola: autogestão da escola, feita pelos professores e colaboradores, ausência de castigos e prêmios, coeducação dos sexos, inexistência de provas como nas escolas públicas e religiosas. Apesar de a Escola Moderna não ter assumido publicamente uma postura anarquista, ela se insere na tradição libertária justamente por suas práticas descritas acima. Além disso, a escola possuía um compromisso com a reforma social e criação de condições mais justas para todos.

Uma das preocupações de Ferrer i Guardia era a biblioteca da Escola Moderna, afinal, quais livros os alunos leriam? Para solucionar esse problema, o próprio teórico incentivou escritores a criarem obras para serem utilizadas na escola. O primeiro desses livros a ficar pronto, considerado por Ferrer uma “criação brilhante que exerceu grande influência na instituição”, se chamava *As Aventuras de Nono*, escrito por Jean Grave. O livro é uma espécie

de poema que compara um país em uma época futura, chamado “Autonomia”, com o reino da “Argirocracia”.

Alguns alunos da Escola Moderna escreveram uma carta sobre o livro “Autonomia”:

Que formosura no país da Autonomia! [...] não há dinheiro, nem sentinelas, nem guardas rurais, nem soldados que tenham cara de fuinha ou hiena, nem ricos que vivam em palácios e passeiam de carruagem junto a pobres que vivam em habitações ruins e morram de fome depois de trabalhar muito; não há ladrões, por que tudo é de todos e não se pratica a exploração do homem pelo homem. [...] Argirocracia é uma repetição do que acontece na sociedade atual; todos os países, uns mais que os outros, imitam Argirocracia, país fatal onde existe a exploração, onde há quem trabalha e quem recreia, onde uns servem aos outros e se fecha na prisão quem fala da felicidade que se vive em Autonomia (FERRER I GUARDIA, 2010, p.72).

O país de Autonomia representa uma sociedade utópica, em partes baseada no ideal anarquista – sociedade sem classes, com divisão das riquezas, extinção da propriedade privada – e o reino de Argirocracia é uma caricatura da sociedade capitalista de então – com o problema da exploração do trabalho e a divisão da sociedade em classes. O fato de a palavra “autonomia” designar uma sociedade utópica, ansiada pelos estudantes, é representativo. Para o autor do livro, para Ferrer i Guardia, para alguns alunos e para aqueles que concordam com eles, a autonomia parece representar a possibilidade de a sociedade se autogerir e a partir daí se firmar como justa e solidária.

É possível fazer alguns apontamentos após essa discussão

O termo “autonomia” não aparece muito nos escritos analisados até aqui – *A Escola Moderna* de Ferrer i Guardia, fragmentos de Kropotkin, Reclus e Proudhon e os artigos de Bakunin na revista *L’egaliTe* - sendo que ele possui uma ligação muito estreita com a ideia de “liberdade”, termo muito recorrente em todos os textos.

Se o termo autonomia não é recorrente, ficou evidente, porém, a importância que o prefixo “auto” assume nos escritos analisados. Termos como autogestão, auto-organização, autoemancipação são frequentes em todos esses autores, especialmente em Bakunin e Proudhon. Assim, é importante ressaltar a ligação que o termo “autonomia” possui com esses outros citados acima visto que a autogestão de uma escola reflete a ideia anarquista da auto-organização, criando, assim, um espaço propício ao exercício da autonomia por parte de cada indivíduo, sendo essa entendida aqui como participação na vida coletiva sem ter sua individualidade perdida em detrimento da coletividade.

O estudioso francês Daniel Colson divide a história do movimento anarquista moderno em três momentos:

O primeiro relativo à sua irrupção enquanto corrente filosófico-política por meio da atividade jornalística de Proudhon, Déjacque, Coeuderoy e Bakunin; o segundo trata da sua manifestação no movimento operário a partir da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores; o terceiro é o momento atual no qual é possível apreender a grande renovação do anarquismo hoje a partir das contribuições da *French Theory* (COLSON, 2012, p. 75).

Seguindo a ideia de Daniel Colson, é possível enxergar três momentos diferentes também na história da educação anarquista: o primeiro vai até a década de 1870, quando a educação anarquista era praticamente ideia e quase nada prática, sendo encontradas referências à educação libertária nos escritos de Proudhon, Bakunin e outros; a partir de 1880 começam a surgir escolas organizadas por grupos anarquistas, inclusive a Escola Moderna; o terceiro momento começa em 1937, quando o movimento anarquista entra numa curva descendente devido a vários fatores.

A ideia de autonomia, apesar da passagem dos anos e das mudanças sociais, parece conservar essencialmente o mesmo sentido, o de “liberdade” de organização, de pensamento, de gestão e de ação. É importante lembrar que esses pensadores aqui citados não eram favoráveis à educação pública das massas, patrocinada pelo Estado, no entanto, em Ferrer e Guardia e Proudhon isso fica explícito (LIPIANSKY, 2007). Esse posicionamento se deve justamente ao fato de que as escolas devem ser autônomas, ou seja, livres de interferência estatal, por isso era comum que escolas anarquistas cobrassem mensalidades, pois eram os trabalhadores responsáveis pela educação de seus filhos, e não o Estado. Assim, o sentido de autonomia é algo que abarca um complexo composto por outras ideias: autogestão da escola por parte dos envolvidos; ausência de autoritarismo nas escolas; descentralização da figura do professor; atividades que propiciem a liberdade dos alunos, não ficando presos à tutela do professor.

Por fim, é bom ressaltar que a ideia de educação para os anarquistas é um conceito muito amplo, visto que o indivíduo deveria se educar não só na escola, mas em todas as instâncias da sociedade, no contato com outras pessoas, no trabalho, nas oficinas e nos sindicatos. A escola parece ser um microcosmo, um espaço que deve refletir o funcionamento da sociedade, logo, uma escola autônoma para uma sociedade autônoma. É sabido que a educação pensada pelos anarquistas era tanto formal como informal, pois a atuação em teatros, sindicatos, periódicos

jornalísticos, movimentos sociais, ateneus era tão educativa e importante quanto assistir às aulas na escola. Os espaços informais se mostram importantes meios de fabricação de subjetividades.

Autonomia e Liberdade

Conforme discorrido, há uma intrínseca relação entre as ideias de autonomia e liberdade no pensamento anarquista, sendo que essas ideias parecem chegar a se confundir em alguns momentos. É necessário, então, definirmos melhor os contornos dessa concepção de liberdade defendidos pelos autores trabalhados aqui.

Silvio Gallo, em um artigo publicado em 1996, aborda algumas questões relacionadas aos princípios políticos e filosóficos da pedagogia libertária. A partir da ideia de liberdade são demarcadas as diferenças entre a educação anarquista e educações progressistas:

Sobre a aplicação do princípio da autogestão na pedagogia libertária podemos distinguir duas perspectivas: uma, a que chamaria, tendência “não diretiva”, assume os princípios metodológicos rousseauianos da educação, embora com críticas a sua perspectiva sócio-política. Estaria representada na pedagogia anti-autoritária que tem em Max Stirner seu teórico mais radical e que animou diversas experiências de escolas libertárias. Do ponto de vista metodológico e psicológico, estaria muito próxima a tendência escolanovista e também da Pedagogia Institucional, se bem que mais voltada para uma perspectiva de educação política dos filhos do proletariado. A segunda que poderia ser denominada de “tendência mainstream”, assume Rousseau negativamente, construindo-se como uma crítica radical de sua filosofia. Esta corrente estaria sustentada teoricamente em Proudhon e Bakunin, apresentando como exemplos práticos as experiências de Robin, Faure e Ferrer i Guardia (GALLO, 1996, p.78).

Entendemos aqui que dentro da pedagogia libertária podemos eleger duas perspectivas: uma de tendência não diretiva e outra de tendência diretiva. A primeira vinda de tradição rousseauiana e a segunda de anarquistas do século XIX. A primeira diferença entre essas tendências, no que diz respeito à aplicação da autogestão, é que a perspectiva não diretiva educa pela liberdade, ou seja, adota a autogestão como um meio, enquanto a tendência “mainstream” educa para a liberdade, adotando a autogestão como um fim. Temos assim um embate entre duas concepções de liberdade: a de Rousseau e a de Bakunin. Se fizermos como Rousseau, assumindo a liberdade como característica natural do ser humano, entendemos que a criança deve ser criada sem direcionamentos; mas, se pensarmos como Bakunin, para quem a liberdade é uma característica social, entendemos que a criança deve ser dirigida no sentido de construção da sua liberdade e da dos outros.

Sobre a liberdade nos parece que para os anarquistas, especialmente os de tradição proudhoniana, como Bakunin, ela não é uma característica natural do ser humano, mas social. Sendo assim, a liberdade deve ser construída socialmente. Ela é aprendida, vivida, mesmo que para isso tenhamos que conviver com a autoridade nos primeiros anos de vida.

A educação das crianças, tomando por ponto de partida a autoridade, deve sucessivamente resultar na mais completa liberdade. Entendemos por liberdade, do ponto de vista positivo, o pleno desenvolvimento de todas as faculdades que se encontram no homem; e, do ponto de vista negativo, a completa independência da vontade de cada um em relação aquela do próximo (BAKUNIN, 2015, p.45).

O pensamento de Foucault e o anarquismo

Na seção anterior, mencionamos a periodização que Daniel Colson faz sobre a história do movimento anarquista. O terceiro momento, marcado pela contribuição da French Theory, tem como principais referenciais teóricos Deleuze, Guattari e Foucault. Quando vemos trabalhos com uma perspectiva foucaultiana geralmente eles têm como principal discussão a questão do poder, da repressão, das instituições de sequestro, como a escola e da disciplina. Essas questões estão ligadas ao eixo do Poder, um dos três trabalhados por Foucault, que estudou também a questão do Saber e do Ser (ética).

O trabalho de Foucault pode ser compreendido em torno de três eixos: saber, poder e ser. O primeiro diz respeito à relação do sujeito com a verdade, como o sujeito se constrói a partir da sua relação com os discursos de verdade; o segundo é referente à relação do sujeito com outros sujeitos, principalmente a partir das relações de poder que são vivenciadas na sociedade; o terceiro, em que nos detemos neste trabalho, refere-se à relação do sujeito consigo mesmo, como o sujeito constrói seus valores morais, enxerga, percebe e se comporta, a partir da sua experiência no mundo (VEIGA-NETO, 2003).

Neste trabalho procuramos destacar do pensamento de Foucault, aspectos que podem ser colocados em relação com as ideias anárquicas, em especial: a estética da existência e o cuidado de si, e a subjetivação não mediada por aparatos disciplinadores. Primeiramente, o que seria esse “cuidado de si”? Segundo o próprio Foucault:

Pode se caracterizar brevemente essa “cultura de si” pelo fato de que a arte da existência – a *techne tou biou* sob as suas diferentes formas – nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso “ter cuidados consigo”; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática (FOUCAULT, 2009, p.49).

Segundo Foucault, na época clássica da Grécia Antiga e nos primeiros séculos da era Cristã em Roma, o processo da constituição da subjetividade moral dos indivíduos era pautado por uma vontade de estilização da vida, de viver uma vida bela, daí o nome de estética da existência.

A cultura de si é um princípio que expressa a necessidade de manter cuidados consigo mesmo, de se ocupar de si mesmo, o que era essencial na construção de uma existência bela. Uma série de receitas, prescrições médicas, místicas, indicações de exercícios, práticas, procedimentos era posta ao alcance daqueles que se propunham a cuidar de si mesmos, a estilizar as suas próprias vidas de acordo com uma ética a qual pautavam suas ações e intenções.

O tema do cuidado de si permite ver o sujeito como elaborador de sua própria existência. Esse projeto de existência, no entanto, é permeado não só pelos desejos, mas pelos discursos que forçam uma certa contenção sobre eles. É nesse sentido que a questão da sexualidade ganha destaque nas discussões de Foucault, uma vez que a interdição dos prazeres se colocaria no foco do sujeito que admite uma cultura de si. No enfrentamento das forças de contenção dos desejos e dos prazeres, o indivíduo se constitui como sujeito moral (FOUCAULT, 2009). A formação desse sujeito moral se dá a partir das relações com os outros, no atravessamento dos discursos que circulam em um determinado meio cultural, o que nos leva à consideração de que uma ideia de liberdade estaria necessariamente contida em alguns limites socialmente dados.

Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antigüidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilo, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (FOUCAULT, 2004, p.291).

Na estética da existência, o sujeito experimentaria, assim, um tipo de liberdade de agir sobre si mesmo, não necessariamente desvinculando-se das forças culturais. Segundo Foucault, a postura do cuidado de si concedia ao indivíduo um determinado *ethos* que dava como um testemunho da sua liberdade. Foucault (2004, p. 290) destaca que a busca de uma técnica da existência era “um esforço para afirmar sua liberdade e a dar à sua própria vida uma certa forma”. Através desse modo de ser, o sujeito poderia se reconhecer e ser reconhecido. Importante destacar que, nesse sentido, ser reconhecido como sujeito com um *ethos* não

significa a adesão a um discurso moral fundado em códigos institucionalizados, mas em apropriações dos usos autome-diados dos prazeres.

Qual seria, então, a relação da estética da existência, esboçada por Foucault (2012), com as concepções anarquistas de educação? A principal relação se deve ao fato de que a construção da subjetividade moral dos indivíduos que pautavam sua vida numa ética baseada no cuidado de si se dava fora de meios institucionalizados. A estética da existência tem como característica o fato de que os indivíduos não se pautam por valores com função normativa. Segundo Foucault (2012, p.18), essa normatização, a instituição do que é proibido e o que é autorizado, acontece somente a partir do momento que o cristianismo integra essas “artes da existência” no exercício de um poder pastoral. Um dos principais pontos no pensamento anarquista é a negação da institucionalização da sociedade, da normatização de comportamentos através de normas, regras, leis, ou qualquer outro meio que seja usado como coerção.

A educação anarquista deve pensar em como construir espaços onde há constituição de subjetivação não mediada por aparatos disciplinadores, e a estética da existência aparece como uma referência pra se refletir sobre isso por apresentar a possibilidade de vislumbrar uma existência pautada em uma ética que não seja normalizadora nem institucionalizada, mas uma composição de cada indivíduo.

Por vezes as concepções anarquistas sobre educação chegaram a ser postas em prática, é verdade que não contamos com muito material escrito sobre o cotidiano dessas escolas, suas práticas, o que e como ocorria nesses lugares, mas há alguns relatos que nos foram deixados. Dentre as experiências de inspiração libertária mais conhecida podemos citar: a escola Iasnaia Poliana, fundada por Leon Tolstói, o orfanato de Cempuis, administrado por Paul Robin, o orfanato La Ruche, criado por Sebastien Faure, a Escola Moderna em Barcelona, idealizada por Ferrér, a Escola Moderna de São Paulo, fundada por João Penteado e a escola Paidéia na Espanha.

Lipiansky nos diz que:

Em Cempuis, as crianças, meninos e meninas, vivem a maior parte do tempo ao ar livre, nos jardins ou nos campos. Praticam todos os tipos de esporte, da natação na piscina do orfanato, a equitação e a dança. Uma parte importante do ensino desenvolve-se na oficina, trabalhando com a madeira ou com o ferro, aprendendo a costurar ou a fazer sapatos; [...] “No meio atual”, [Robin] escreve no *Manifeste des partisans de l' éducation intégrale* impresso em Cempuis, “a criança ouvirá falar do mestre. Desde muito cedo ela execra essa palavra, odeia a autoridade sob qualquer forma que se apresente” (LIPIANSKY, 2007, p.46).

O relato supracitado deixa clara a aversão à autoridade coercitiva, característica dos anarquistas, além de expor traços da educação integral, teorizada por Bakunin e aplicada por Robin, conjugando teoria e prática. Nas escolas influenciadas pela pedagogia libertária, identificamos ações concretas acontecerem com base em alguns princípios: a busca de decisões tomadas de forma conjunta; a preferência pelo consenso, buscando atender o interesse de todos os envolvidos, no lugar do voto, com privilégio da maioria; a descentralização do professor nas relações de poder; a construção coletiva de regras e de conhecimentos, por meio de trabalhos em assembleias e grupos.

Atualmente, a Escola Paidéia na Espanha é uma escola que se coloca dentro do espectro do anarquismo. Kassick (2002) realizou um interessante estudo sobre a Escola Paidéia, inclusive convivendo no ambiente escolar por um período de tempo, fazendo observações e entrevistando ex-alunos e professores. Algumas práticas são relatadas pelo autor: assembleias regulares acontecem na escola, contando com a participação de alunos e professores; as refeições são preparadas pelos próprios alunos, e as crianças decidiriam o que iriam estudar quando estivessem na escola.

Sobre os conteúdos, Kassick descreve o seguinte:

E é nesse ponto, portanto, que a Paidéia difere das demais escolas, porque não trabalha o conteúdo disciplinar, tendo em vista uma organização disciplinar, mas sim a “organização anárquica do conhecimento”, considerada a luz da autogestão. Vemos, portanto, que as crianças consolidam na prática o espaço de convivência ao atuarem com um conteúdo, que é o próprio conteúdo da organização. Desenvolvem-no segundo um determinado método, o da auto-organização, e as estratégias desse método são as que o seu próprio cotidiano determina. Então, ainda que o projeto educativo seja definidor de princípios e de fazeres, as crianças instituem, no processo, princípios e fazeres definidores da autogestão (KASSICK, 2002, p.224).

Entendemos assim, como a autonomia é empregada nessa escola: os estudantes têm autonomia para organizarem sua rotina de estudos, dessa forma o princípio da autogestão é posto em prática pelos mesmos ao gerirem suas atividades. A Paidéia é um exemplo de como uma escola anarquista poderia funcionar, de modo algum é uma regra a ser seguida, visto que a educação anarquista preza pela autenticidade e pela criação de formas autônomas de organização que correspondem a cada situação.

As experiências libertárias demonstram que é possível criar um espaço de produção de subjetividade livre de aparatos coercitivos onde a autoridade é sustentada pela hierarquia. Mas, logo um problema nos é colocado: se a pedagogia anarquista é contra a institucionalização das práticas, em que medida uma escola anarquista não se aproxima de ser uma instituição? Mesmo Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 54-76, jul./dez. 2015.

que essa escola não mantenha vínculo de subordinação a nenhum outro órgão, e seja autogestionada, qual seria o limite entre a institucionalização e a não institucionalização do ambiente escolar? Há aqueles indivíduos que adotam uma postura mais radical e defendem a desescolarização da sociedade, ou seja, o fim das escolas. Mas essa é uma discussão que não contempla a proposta deste estudo, logo não será aqui refletida.

Por fim, gostaria de trabalhar comparativamente os conceitos autonomia e cuidado de si, liberdade e subjetivação.

Como foi exposto, pudemos ver quais as implicações que o conceito de autonomia possui no campo teórico anarquista, bem como o cuidado de si exposto por Foucault. Traçando um paralelo entre os dois conceitos, parece-nos que há um ponto de encontro, a ideia de liberdade. Qual liberdade seria essa? Durante o século XIX, e também no começo do século XX, os projetos de sociedade e de ser humano estavam permeados por concepções iluministas e o humanismo fazia crer que seria possível construir uma “sociedade livre” com “homens e mulheres livres” de qualquer coerção ou autoridade. Sabe-se, a contribuição de Foucault é enorme ao tornar mais “realista” a situação em que se encontram os indivíduos na sociedade e reflete a complexidade da condição humana ao se apresentar como uma teoria densa, recheada de conceitos.

Antes de recuperarmos a ideia de liberdade nos textos anarquistas, é preciso que frisemos que a liberdade, em Foucault, é condição mesma da ética. Ele afirma isso no texto *A hermenêutica do sujeito*, onde detalha a ideia de que a ética é a prática refletida da liberdade, quando então o sujeito já não está sob o controle de outro, mas tomou para si um modo de ser e de agir mediados pela própria reflexão sobre o cuidado de si.

Nos textos anarquistas clássicos percebemos a preocupação em neutralizar e descentralizar a ação do poder coercitivo que uns exerciam sobre os outros, mas notamos que nessas preocupações existem alguns agentes privilegiados: o patrão, o capitalista, o doutrinador e, principalmente, o Estado. Na perspectiva foucaultiana essas questões se tornam mais complexas. Silvio Gallo, ao discutir esse tema, menciona o seguinte:

A concepção “clássica” de poder, construída pela Filosofia Política, é algo que poderíamos chamar de *topológica* (no grego, *topos* significa lugar). Numa determinada sociedade, há lugares onde o poder se concentra, e lugares onde ele não existe. Um exemplo: numa sociedade monárquica, o poder acha-se concentrado no corpo do monarca; todos os demais espaços sociais – os corpos dos súditos – estão esvaziados de poder; [...] Foucault, insatisfeito com tal conceituação de poder e suas consequências, resolveu investigar as relações de um outro ponto de vista. A essa nova perspectiva ele chamou de “microfísica do poder”, justamente para contrapô-la a noção clássica que, ao

tratar da cartografia do poder, estaria desvendando a sua microfísica (GALLO, 2004, p.83).

A microfísica do poder traz uma noção de sociedade onde o poder está disseminado pelo tecido social como se fosse uma teia, constituindo assim redes por onde o poder se movimenta. Ao invés de conceber o poder como confinado a alguns centros – os *topoi* – Foucault o vê como pulverizado pelos microcosmos da sociedade. Se adotarmos tal concepção, percebemos um mundo onde os agentes do poder são muito mais numerosos que o Estado, ou o detentor dos meios de produção. Na realidade, todo e qualquer indivíduo exercem e sofrem a ação do poder.

Dessa maneira, uma questão nos é colocada: como, então, imaginar uma educação anarquista em uma sociedade onde as redes de poder não deixam escapar um milímetro de espaço sequer? Os princípios da “cultura de si” se apresentam como uma resposta ao nosso questionamento. A escolha por pautar sua vida em uma ética que não tenha um caráter normalizador nem institucionalizado não supõe pensar a sociedade constituída por centros de onde o poder só emana e espaços passivos aonde ele só chega e atua, nem idealizar uma sociedade desprovida de poder – o que parece ser impossível. A produção de subjetividade na educação anarquista não pode acontecer em um ambiente sem relações de poder, mas sim em um espaço onde os aparatos disciplinadores e coercitivos que atuam na formação dos envolvidos no processo educacional sejam substituídos por práticas de maior autonomia. As práticas de autogestão visam justamente dissipar o poder pelo espaço escolar.

Em suma, os conceitos de “autonomia” e “cuidado de si” podem ser relacionados dessa maneira: na procura pela criação de espaços onde a construção de subjetividades não seja mediada por aparatos disciplinadores muito rígidos, os princípios do “cuidado de si” aparecem como construtores de uma “liberdade”, entendida como possibilidade de se constituir através de experiências não pautadas pela coerção. Parece certo que a disciplina, enquanto uma tecnologia do poder, não pode ser eliminada da existência humana, mas é certo também que o autodisciplinamento, ou seja, a escolha do indivíduo em se dedicar a algo, com uma intensidade e frequência determinadas por si mesmo, reforça a autonomia e as práticas de si.

Assim como “autonomia”, liberdade foi um conceito buscado na teoria anarquista e libertária, e “subjetivação”, bem como “cuidado de si”, foi buscada em Foucault. Na apreciação desses dois campos teóricos, a distância entre eles no tempo e no espaço é claramente perceptível. O anarquismo do século XIX está muito mais próximo do Humanismo e do Iluminismo do que a “French Theory” da segunda metade do século XX. A partir das concepções foucaultianas, a experiência de si deve levar em conta os aparatos pedagógicos envolvidos no Pró-Discendente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 54-76, jul./dez. 2015.

processo de fabricação de subjetividades, além de ter consciência que estamos imersos em relações de poder. Não enxergamos a teoria clássica anarquista pela perspectiva da falta, ou seja, que elas não possuem algo que a teoria foucaultiana nos traz, mas deveriam trazer. As concepções de Foucault se somam às anarquistas na tarefa de construir uma educação que não seja tradicionalmente sustentada pela coerção, normalização, e aparatos disciplinadores.

Considerações finais

Recentemente, vem sendo realizado por alguns estudiosos uma aproximação entre a teoria foucaultiana e o pensamento anarquista, na medida em que conceitos como governamentalidade, instituições de sequestro, poder, cuidado de si, estética da existência, entre outros, são pontos para se refletir sobre as redes de poder que permeiam a sociedade em que vivemos. Por ser um tema tão caro ao pensamento anarquista, a educação não poderia ficar de fora desses debates que surgem e se multiplicam a cada dia.

Com este trabalho, nossa intenção foi justamente discutir a educação a partir do pensamento anarquista clássico e da teoria foucaultiana. Há uma relativa distância no tempo entre essas duas teorias: o anarquismo de Proudhon, Bakunin, Reclus e Kropotkin é filho das lutas do final do século XIX; Foucault escreve a partir da segunda metade do século XX. Mas apesar desse distanciamento cronológico, é possível, e necessário, pensarmos a educação levando em conta as contribuições que esses anarquistas e que Foucault deram ao pensamento contemporâneo.

Nos dias atuais, o movimento anarquista tem claramente como algumas das suas principais referências esses pensadores do século XIX – Proudhon, Bakunin, Reclus e Kropotkin – que são continuamente estudados, propagandeados, celebrados e reinterpretados. Mas o tempo passa e, conseqüentemente, o contexto histórico de cada época se diferencia, em maior ou menor grau, do seu antecedente. O movimento anarquista deve se abrir a outros pensadores, como, por exemplo, Foucault. Tempos novos exigem interpretações novas, conceitos novos, ideias novas, pessoas novas, já que novas situações nos são apresentadas.

Sendo assim, procuramos uma interação entre o que já é consagrado no interior da teoria anarquista e o que pode trazer diferentes interpretações ao pensamento libertário. De forma alguma queremos desmerecer os clássicos Proudhon e Bakunin, mas, pelo contrário, intentamos atualizar as ideias desses grandes anarquistas e colocá-los em um diálogo com um pensador mais contemporâneo que soube ler muito bem o seu tempo.

Referências

BAKUNIN, Mikhail. A Instrução Integral. In: COELHO, Plínio (Org.). **Mikhail Bakunin: Obras escolhidas**. São Paulo: Hedra, 2015. p. 267-286.

CODELLO, Francesco. **A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neil**. São Paulo: Imaginário, 2007.

COLSON, Daniel. O Anarquismo Hoje. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 36, p.75-90. 2012.

FERRER I GUARDIA, Francesc. **A Escola Moderna**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010. Disponível em: <http://difusaolibertaria.files.wordpress.com/2012/11/adg-a-escola-moderna.pdf> Acesso em: 04/01/2016.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

_____. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GALLO, Sílvio. Politecnicidade em educação: a contribuição anarquista. **Pro-Posições**, Campinas, vol. 4, n° 3, p. 34-46. 1993.

_____. Repensar a educação: Foucault. **Revista Educação e Realidade**. 29(1):79-97. 2004.

_____. Pedagogia libertária: Princípios político-filosóficos. In: PEY, Maria Oly (Org.). **Educação Libertária: textos de um seminário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1996. 1996. Disponível em: http://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2012/06/silvio-gallo__pedagogia-libert%C3%A1ria-princ%C3%ADpios.pdf Acesso em: 01 fev. 2016. p. 57-70.

KASSICK, Clovis Nicanor. **A organização da escola libertária como local de formação de sujeitos singulares: um estudo sobre a Escola Paidéia**. 2002. 321 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIPIANSKY, Edmond Marc. **A Pedagogia Libertária**. São Paulo: Imaginário, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 21, n. 2, p. 54-76, jul./dez. 2015.